

Investco S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 00.644.907/0001-93



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2023, a INVESTCO manteve uma trajetória ascendente. O ano marcou a consolidação de um desempenho de alto nível, refletido em uma disponibilidade de 97,99%. A confiabilidade da UHE do Lajeado apresenta o padrão operacional de excelência na taxa de falha da instalação, que foi de apenas 0,32%. Esse desempenho mantém a usina entre as melhores do Brasil. Além de um excepcional desempenho operacional, a INVESTCO também priorizou a segurança de barragem com a implementação de diversas melhorias nas instalações. Iniciamos a revisão geral do Plano de Segurança de Barragem e os estudos para a automação de instrumentos de monitoramento, que vão dotar a instalação de recursos ainda mais eficientes para a gestão da planta. Nosso sistema de gestão mantém as certificações ISO 9001, 14001, 45001 e 55001, atestando, assim, a qualidade dos serviços prestados, nosso cuidado com as pessoas e com o meio ambiente. No campo da gestão de equipes, alcançamos a marca 5 mil dias sem acidentes de trabalho, além de nenhuma ocorrência ambiental. As áreas de manutenção e operação atingiram um índice de treinamento técnico de 4% da força de trabalho disponível no ano. Ao longo do ano, atuamos nas comunidades do entorno do reservatório. Investimos mais de 3 milhões em projetos socioambientais. Por meio do Instituto EDP, 8 iniciativas voltadas para educação, empreendedorismo, esporte e saúde beneficiaram diretamente cerca de 2.400 pessoas nas zonas urbanas e rurais no estado do Tocantins. Destacamos ainda o projeto Cidade Limpa no município de Lajeado, voltado para a reciclagem de lixo e geração de renda, o projeto coletou 31 mil toneladas de resíduos e somou R\$ 24 mil em renda distribuída em 2023. Ultrapassamos nossas metas e terminamos mais um ano com excelentes resultados. Aproveite para agradecer o empenho e dedicação de toda a equipe Investco. Reforcamos nosso compromisso com a cultura organizacional, com os nossos stakeholders e a constante busca pela excelência.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,50 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,50 MW cada, e uma energia assegurada anual de 505,10 MW.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2023 a energia gerada foi de 3.513,8 GWh, 12,8% inferior aos 4.029,9 GWh gerados em 2022 devido ao cenário hidrológico desfavorável e à priorização da geração eólica no primeiro semestre pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 98,0%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,5% (apurada com base nos últimos 60 meses), mantendo o maior patamar histórico do indicador e acima do exigido no Contrato de Concessão, que é de 94,8%. Destaca-se também no ano a permanência da taxa de falha no menor patamar histórico, no valor de 0,3 falhas/ano.

A UHE Lajeado continua com o compromisso de atendimento ao Sistema Interligado Nacional com a excelência técnica e operacional das melhores usinas do país desde 2018 pelo ranking DARDO da ANEEL.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2023	2022	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.257.578	1.269.669	-1,0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	970.441	968.355	0,2%
Dívida líquida	R\$ mil	-152.373	-143.911	5,9%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0,16	-0,15	5,7%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,95	-0,75	26,3%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	196.280	220.982	-11,2%
Gastos gerenciais*	R\$ mil	(76.053)	(73.876)	2,9%
Gastos não-gerenciais	R\$ mil	(1.055)	2.390	-144,1%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	119.172	149.496	-20,3%
EBITDA	R\$ mil	159.861	190.692	-16,2%
Resultado financeiro	R\$ mil	6.941	(8.013)	-186,6%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	126.113	141.483	-10,9%
Lucro líquido	R\$ mil	91.211	110.356	-17,3%
* Inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	81,45%	86,29%	-4,8%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	46,47%	49,94%	-3,5%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2023	2022	%
Receita operacional líquida	196.280	220.982	-11,2%
Gastos não gerenciais	(1.055)	2.390	-144,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(149)	(64)	132,8%
Encargos de uso da rede elétrica	(902)	(811)	11,2%
Margem bruta	195.225	223.372	-12,6%
Gastos gerenciais	(76.053)	(73.876)	2,9%
Total PMSO	(35.364)	(32.680)	8,2%
Pessoal	(18.422)	(18.315)	0,6%
Materiais	(109)	(1.017)	-89,3%
Serviços de terceiros	(12.419)	(11.579)	7,3%
Arrendamentos e aluguéis	(347)	(218)	59,2%
Provisões e contingências	(2.864)	(30)	9446,7%
Outros gastos gerenciais	(1.203)	(1.521)	-20,9%
Depreciação e amortização	(40.689)	(41.196)	-1,2%
Depreciação	(35.937)	(35.469)	1,3%
Amortização	(4.752)	(5.727)	-17,0%
Resultado do serviço (EBIT)	119.172	149.496	-20,3%
EBITDA	159.861	190.692	-16,2%
Margem EBITDA	81,4%	86,3%	-5,6%
Resultado financeiro líquido	6.941	(8.013)	-186,6%
Receitas financeiras	32.450	22.647	43,3%
Despesas financeiras	(25.509)	(30.660)	-16,8%
LAIR	126.113	141.483	-10,9%
Imposto de renda e contribuição social	(34.902)	(31.127)	12,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.784)	(33.250)	-25,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.118)	2.123	-576,6%
Lucro líquido	91.211	110.356	-17,3%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 196,2 milhões em 2023, decréscimo de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 24,7 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo

Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciais** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,0 milhões em 2023, R\$3,4 milhões menor que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 35,3 milhões no ano de 2023, representando um aumento de 8,2% em relação ao ano de 2022. No ano de 2023 o **EBITDA** alcançou R\$ 159,8 milhões, valor 16,2% inferior ao alcançado no ano de 2022, devido à menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 40,6 milhões, 1,2% menor que os R\$ 41,1 milhões do período comparativo.

O **Resultado Financeiro líquido** em 2023 foi positivo em R\$ 6,9 milhões, R\$ 14,9 milhões maior que o ano de 2022, decorrente do aumento de rendas sobre aplicações financeiras e redução em despesas sobre atualização do UBP pelo I-GPM negativo do período.

O **Imposto de Renda e contribuição social** em 2023 foi negativo em R\$ 34,9 milhões, 12,1% maior que 2022. No ano de 2023 a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 91,2 milhões, diminuindo 17,3% em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2023 totalizaram R\$ 21,1 milhões sendo: R\$ 14,2 milhões com a nova licença ambiental, R\$ 5,4 milhões em operação e manutenção e R\$ 1,5 milhões em outros investimentos, 196,5% superior ao ano de 2022.

ENDIVIDAMENTO

	2023	2022	var. %
(+) Dívida bruta	105.629	111.833	-5,5%
(-) Disponibilidades	-258.002	-255.744	0,9%
(=) Dívida líquida	-152.373	-143.911	5,9%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 105,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, foi negativa no montante de R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, acréscimo de 5,9% em relação ao ano de 2022.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2023 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizam os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2023, foram aportados mais de R\$ 7,73 milhões entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental, 43% a mais em relação a 2022.

Em 2023 foram aportados mais de R\$230 mil em projetos de impacto social a partir de verba direta que incluíram iniciativas de educação e saúde para a comunidade próxima ao empreendimento e outros R\$5,38 milhões a partir de verbas incentivadas em projetos também nas áreas de cultura, educação e incentivo ao esporte.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com as comunidades do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. Além das principais informações sobre a empresa estarem no site, no botão “Contatos” os visitantes conseguem enviar mensagens que serão atendidas pelas áreas competentes.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo a divulgação de informações de interesse de diversos públicos.

Comerciais via rádio: Outro canal que atinge grande parte da população é o rádio. A Investco veicula comerciais em rádios locais para divulgar mensagens com foco institucional e informativo, com temas pontuais como alertas sobre elevação do nível do rio à jusante (abaixo) da Usina.

Informações por aplicativos de mensagens e redes sociais: Por meio de aplicativos de envio de mensagens, divulgamos, quando necessário e de forma pontual, informações relevantes para a comunidade, tais como comunicados sobre elevação do nível do rio abaixo da usina, início e fim da temporada de praias no rio Tocantins etc. Além disso, essas informações são enviadas às instituições parceiras que as divulgam em suas redes sociais.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos da Investco, os visitantes assistem a vídeos que demonstram o funcionamento da Usina e as orientações de segurança para a visita guiada. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. Anualmente, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, visitam à usina.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas sustentáveis, a Investco apoia eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2023, duas escolas participaram do Programa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema. Foram beneficiados 600 alunos que receberam kits com material escolar, participaram de concurso cultural e experiência em realidade virtual e aumentada com o tema Energias Renováveis. Além disso, os educadores que atuam nas escolas participaram de capacitação sobre Inclusão Digital.

Cidade Limpa: A iniciativa promove a cultura de reciclagem no município de Lajeado, a partir da instalação de um Ecoponto na cidade e de um sistema de remuneração direta para os moradores que entregarem os resíduos separados no local. O projeto foi responsável pela coleta de mais 30toneladas de recicláveis e gerou mais de R\$20mil em renda, distribuída para 97 “recicladores”. O projeto ainda contempla atividades de Educação Ambiental com a população, com palestras realizadas especialmente nas escolas de Lajeado.

Artesanato Sustentável: Executado pela Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras, o projeto prevê uma destinação criativa para resíduos recicláveis, com peças de artesanato produzidas e comercializadas a partir do lixo coletado. O programa ainda contempla atividades de capacitação com mulheres, visando formar novas artesãs e ampliar a possibilidade de geração de renda para esse público.

Jovem Empreendedor Rural: Em 2023, a Investco levou o projeto Jovem Empreendedor Rural para os municípios de Lajeado e Miracema. Realizado pela Agência de Desenvolvimento Econômico Local, o projeto visa a capacitação de jovens do Ensino Médio ou recém formados em temas base para o empreendedorismo, como gestão, comunicação, finanças, entre outros.

Ao longo do programa, os 35 jovens capacitados são orientados a desenvolverem uma ideia de negócio e, ao final do curso, as melhores iniciativas são contempladas com um capital semente para serem colocadas em prática. O projeto teve início no segundo semestre de 2023 e se encerra em Março de 2024.

Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficiou 490 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema, Peixe e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

Projeto Aliar Sorrisos: Com o objetivo de oferecer auxílio em ações de educação, acesso a saúde e inclusão digital a crianças em situação de vulnerabilidade social, a Associação Aliança para um Futuro Melhor executa o projeto no município de Miracema, atendendo 200 jovens com diferentes atividades que fomentam aspectos de cidadania, integração e cooperativismo desenvolvidas ao longo do ano. O projeto foi concluído em Novembro de 2023.

Outros investimentos: Reconstrução do Museu da Língua Portuguesa, Reconstrução do Museu do Ipiranga e apoio ao Plano Anual do Hospital de Amor, em Palmas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2023. A PwC não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não financeiras.

Em 2023, a PwC e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2023 (R\$ mil)			2022 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)			196.280,00			220.982,00
Resultado operacional (RO)			119.172,00			149.496,00
Folha de pagamento bruta (FPB)			15.722,06			14.637,06
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.274,28	8,11%	0,65%	1.210,03	7,70%	0,62%
Encargos sociais compulsórios	3.648,69	23,21%	1,86%	3.375,57	21,47%	1,72%
Previdência privada	74,49	0,47%	0,04%	82,08	0,52%	0,04%
Saúde	877,40	5,58%	0,45%	837,42	5,33%	0,43%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	322,58	2,05%	0,16%	248,36	1,58%	0,13%
Capacitação e desenvolvimento profissional	72,88	0,46%	0,04%	34,00	0,22%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	32,02	0,20%	0,02%	23,08	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.322,75	8,41%	0,67%	1.591,76	10,12%	0,81%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	139,06	0,88%	0,07%	121,46	0,77%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos	7.764,14	49,38%	3,96%	7.523,75	47,85%	3,83%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.589,00	1,33%	0,81%	1.051,00	0,88%	0,54%
Cultura	2.293,00	1,92%	1,17%	2.500,00	2,10%	1,27%
Saúde e saneamento	223,00	0,19%	0,11%	175,00	0,15%	0,09%
Esporte	1.506,00	1,26%	0,77%	850,00	0,71%	0,43%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	5.611,00	4,71%	2,86%	4.576,00	3,84%	2,33%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	5.611,00	4,71%	2,86%	4.576,00	3,84%	2,33%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	7.733,05	6,49%	3,94%	5.421,26	4,55%	2,76%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	7.733,05	6,49%	3,94%	5.421,26	4,55%	2,76%

Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

não possui metas
 cumpre de 0 a 50%
 cumpre de 51 a 75%
 cumpre de 76 a 100%

não possui metas
 cumpre de 0 a 50%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,30			11,70		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	189.796,00			213.742,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 29% acionistas: 30% colaboradores: 9% retido: 18% terceiros: 14%			governo: 26% acionistas: 22% colaboradores: 8% retido: 30% terceiros: 14%		

7 - Outras Informações
 N/A - Não Aplicável. (1) - Observação 1; (2) - Observação 2; (3) - Observação 3.
***Nota:** Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
****Nota:** A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO		
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	258.002	255.744	Fornecedores	15	2.897
Concessionárias	5	929	1.117	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	11.100
Rendas a receber	6	15.819	19.323	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	5.631
Outros tributos compensáveis	7	2.974	2.261	Outros tributos a recolher	7	10.853
Estoque	7	9.679	7.782	Dividendos	16	40.954
Prêmio de risco - GSF	10	8.275	7.782	Benefícios pós-emprego	18	60
Outros créditos	11	48	48	Uso do bem público	19	8.003
Outros créditos	12	829	935	Provisões	20	5.411
Total do Ativo Circulante		296.555	287.210	Outras contas a pagar	12	3.521
Não circulante				Total do Passivo Circulante		82.799
Depósitos vinculados	20	1.804	1.550	Não circulante		
Prêmio de risco - GSF	11	204	252	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	94.529
Outros créditos	12	482	528	PIS e COFINS diferidos	8	25
		2.490	2.330	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	26.091
Imobilizado	13	920.672	953.300	Benefícios pós-emprego	18	1.227
Intangível	14	37.861	26.829	Uso do bem público	19	62.887
		958.533	980.129	Provisões	20	18.405
Total do Ativo Não circulante		961.023	982.459	Outras contas a pagar	12	1.174
				Total do Passivo Não circulante		204.338
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
				Capital social	21.1	804.459
				Reservas de capital	21.3	14.473
				Reservas de lucros	21.3	150.826
				Outros resultados abrangentes		683
				Total do Patrimônio líquido		970.441
TOTAL DO ATIVO		1.257.578	1.269.669	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.257.578
						1.269.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2023	2022
Receitas	22	196.280	220.982
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.055)	2.390
Custo de operação		(63.311)	(63.550)
		(64.366)	(61.160)
Lucro bruto		131.914	159.822
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(9.884)	(10.296)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.858)	(30)
		(12.742)	(10.326)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		119.172	149.496
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		32.450	22.647
Despesas financeiras		(25.509)	(30.660)
		6.941	(8.013)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		126.113	141.483
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(24.784)	(33.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.118)	2.123
		(34.902)	(31.127)
Lucro líquido do exercício		91.211	110.356
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		0,16720	0,20362
ON		0,01223	0,01223
PNR		0,16720	0,20362
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,16720	0,20362
PNC		0,16720	0,20362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2023	2022
Lucro líquido do exercício	91.211	110.356
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego	59	347
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21)	(118)
	38	229
Resultado abrangente do exercício	91.249	110.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.459	14.473	93.329	416	-	912.677
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2022			(9.917)		(9.917)	
Lucro líquido do exercício					110.356	110.356
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			5.518		(5.518)	-
Reserva de retenção de lucros			1.953			1.953
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 22/12/2022				(46.943)	(46.943)	
Lucro do exercício a deliberar			57.895		(57.895)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				347		347
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(118)		(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	804.459	14.473	148.778	645	-	968.355
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	804.459	14.473	148.778	645	-	968.355
Reserva de retenção de lucros			13.600		13.600	
Dividendo adicional aprovado - AGO de 26/04/2023			(57.894)		(57.894)	
Lucro líquido do exercício					91.211	91.211
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.561		(4.561)	-
Reserva de retenção de lucros			41.781		(41.781)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 22/12/2023				(44.869)	(44.869)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				59		59
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(21)		(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	804.459	14.473	150.826	683	-	970.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 005/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão
 A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm (Nota 3.1).
 Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.
 A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		126.113	141.483
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		40.689	41.196
Direito de concessão - GSF		2.409	6.773
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		20.916	20.046
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		2.409	6.773
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		5.831	4.290
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		892	1.346
Outros		(668)	(147)
		196.182	211.718
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		188	(177)
Outros tributos compensáveis		(19.127)	(4.245)
Estoques		(493)	(236)
Cauções e depósitos vinculados		(121)	(496)
Rendas a receber		3.504	(8.483)
Outros ativos operacionais		151	(445)
		(15.898)	(14.082)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(3.189)	1.969
Outros tributos a recolher			6.191
Benefícios pós-emprego		(10)	(347)
Provisões		(17.891)	(9.433)
Uso do bem público		(8.321)	(7.795)
Outros passivos operacionais		18	(351)
		(29.393)	(9.766)
Caixa proveniente das atividades operacionais		150.891	187.870
Imposto de renda e contribuição social pagos		(30.314)	(26.278)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		120.577	161.592
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.874)	(6.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.874)	(6.238)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(84.197)	(21.781)
Pagamentos de encargos de dívidas		(27.120)	(8.012)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(128)	(247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(111.445)	(30.040)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	28.1	2.258	125.314
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		258.002	255.744
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		255.744	130.430
		2.258	125.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2023	2022
Geração do valor adicionado	223.554	251.040
Receita operacional	216.672	243.889
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.874	7.133
Outras receitas	8	18
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(27.390)	(19.574)
Custos da energia comprada	(168)	3.194
Encargos de uso da rede elétrica	(993)	(893)
Material	(5.240)	(3.568)
Serviços de terceiros	(16.618)	(15.605)
Outros custos operacionais	(4.371)	(2.702)
Valor adicionado bruto	196.164	231.466
Retenções		
Depreciações e amortizações	(40.689)	(41.478)
Valor adicionado líquido produzido	155.475	189.988
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	34.321	23.754
Valor adicionado total a distribuir	189.796	213.742
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	13.168	12.876
Benefícios	2.965	2.781
FGTS	1.093	939
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	54.895	55.427
Estaduais	495	410
Municipais	113	79
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	25.509	30.660
Aluguéis	347	214
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	57.873	46.943
	156.458	150.329
Lucros retidos	33.338	63.413

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 12.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 6 e 22); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 20.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 20.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios considerando um segmento de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). Em 2023 o segmento concentrou 95% da receita operacional bruta.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício final em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.8 Normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Resivão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações traz apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que tem correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2).	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma <i>Transação de Venda e Retroarrendamento (sale and leaseback)</i> .	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1).	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.10 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos do exercício

3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, o Consórcio está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MWpm para 479,9MWpm.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.
Despacho nº 4.832 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro de 2023 foi publicado Despacho nº 4.832, anuindo previamente ao pedido para celebração de Contratos de Compra e Venda de Ativos entre a Companhia, vendedora, e suas Partes Relacionadas EDP Transmissão SP-MG, e EDP Transmissão Aliança SC, compradoras, conforme proposta apresentada.	A Companhia está aguardando anuência da ANEEL para alienação de quatorze Torres de Emergência Triangulares - TET, através da celebração dos contratos de compra e venda de ativos.

3.2 Ações preferenciais resgatáveis

Com a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, que tem por objetivo formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da UHE Lajeado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, os acionistas, que são detentores das Ações preferenciais resgatáveis de classes "A", "B" e "C" passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 17) e, consequentemente, a liquidação do Capital Social será no final do novo prazo de concessão, conforme nota 1.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.617	21.934
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	256.385	233.810
Total	258.002	255.744

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	827	925
Energia de curto prazo	18	113
Encargos de uso da rede elétrica	84	79
	929	1.117

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCÉE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.5.

6 Rendas a receber

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Lajeado Energia	12.417	14.106
Paulista Lajeado		1.352
CEB Lajeado	3.402	3.865
	15.819	19.323

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9). Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado. O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, da combinação de três fatores: (i) efeito do IPCA realizado em relação ao projetado de 3,66 p.p. para o exercício de 2023; (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2023 em relação ao exercício anterior de 0,88 p.p.; e (iii) menor coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em Nota		Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrência	Saldo em 31/12/2023
	31/12/2022	Adição					31/12/2022
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	24.054	(5)	(21.075)	2.974
Total Circulante	-	-	-	24.054	(5)	(21.075)	2.974
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	841	4.641	711			(1.405)	4.788
IRRF sobre aplicações financeiras	1.420	6.548				(3.077)	4.891
Total Circulante	2.261	11.189	711	-	-	(4.482)	9.679
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.631	24.784	-	(6.260)		(24.155)	-
Total Circulante	5.631	24.784	-	(6.260)	-	(24.155)	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	155	495		(634)		(12)	4
PIS e COFINS	1.940	21.874		(20.773)	(5)	(1.406)	1.630
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	189	1.380		(1.448)			121
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	9.088	8.681	(9.093)		5	8.681
Encargos com pessoal	423	4.209		(4.226)		11	417
Total Circulante	11.795	36.639	-	(36.174)	(5)	(1.402)	10.853

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.681 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2023 que será liquidado em janeiro de 2024.

8 Tributos diferidos

	Passivo Não circulante		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS		25	19
Imposto de renda e contribuição social	8.1	26.091	15.952
		26.116	15.971

8.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		81	64					17	(176)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		1.314	4.166					(2.852)	196
Uso do bem público - CPC 25	24.1	24.103	26.113	5.181	5.649	(1.542)	414		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.1.1			40.077	35.468	(4.609)	2.797		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes				352	332			41	236
Direito de concessão - GSF					892	961	69	(961)	
Licenças ambientais		5.437			11.296	4.669	(1.190)	(351)	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		375	504		266	420	25	27	
Outras		142							

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultados				
				Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2027					457	(761)	(1.011)		
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2026					286	20	(308) (260)		
EDP São Paulo	Controle Comum		01/01/2021 a 31/12/2022					5		(8)		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2023					7	(1.961)	(1.801)		
				-	-	-	-	286	489	(3.030) (3.080)		
				16.210	19.683	84	553	286	489	204.316 232.135		

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2). As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. (a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, Enerpele, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Goiás e EDP Transmissão SP-MG. O contrato anulado pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 01 de março de 2023, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a Controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia. Já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2024.

Mesmo dispensados de anuência, os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à aprovação da ANEEL.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anulado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Atualmente, está em vias de conclusão na ANEEL o processo de anuência à renovação desse contrato por mais 5 anos.

(d) **Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

(*) Em 2 de dezembro de 2023, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Pecém e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	2023				2022			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	1.012	76	150	1.238	967	76	155	1.198
Benefícios de curto prazo (b)	30		30	29				29
Benefícios - Previdência Privada	7		7	6				6
Total	1.049	76	150	1.275	1.002	76	155	1.233

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2023			2022		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3	1	5	3	1	5
Valor da maior remuneração individual	486	76	30	260	76	30
Valor da menor remuneração individual	260	76	30	258	76	30
Valor médio da remuneração individual	350	76	30	332	76	30

10 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.275 (R\$7.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2023 de R\$991 (R\$922 em 31 de dezembro de 2022).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$252 (R\$300 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$48 (R\$48 em 2022).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante			Não circulante		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Outros créditos - Ativo						
Serviços em curso		153	64	482	528	
Despesas pagas antecipadamente		488	772			
Outros		188	99			
Total		829	935	482	528	
Outras contas a pagar - Passivo						
Folha de pagamento			398	391		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		9		286	489	
Arrendamentos e alugueis		12,1	216	198	887	752
Obrigações Sociais e Trabalhistas			2.764	2.593		
Encargos Setoriais			46	63		
Outros			97	92	1	1
Total			3.521	3.337	1.174	1.242

12.1 Arrendamentos e Alugueis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2022		Ingressos (Nota 12.2)		Pagamentos		Transferências		AVP		Saldo em 31/12/2023	
Edifícios	131	42	(75)		5							103
Veículos	67		(53)		99							113
Total Circulante	198	42	(128)		104							216
Edifícios	597	194		(5)	19							805
Veículos	155		(99)		26							82
Total Não circulante	752	194	-	(104)	45							887

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e alugueis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2024	103	11,07%	113	13,81%
Total Circulante	103		113	
Não circulante				
2025	136	11,07%	59	13,81%
2026	123	11,07%	23	13,81%
2027	110	11,07%		
2028	99	11,07%		
2029	89	11,07%		
2030 até 2035	248	11,07%		
Total Não circulante	805		82	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Nominal	Com AVP
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	1.667	1.103
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(154)	(102)

Os contratos de arrendamentos e alugueis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

O valor de adições refere-se principalmente à nova sede da controladora final, localizada em São Paulo.

12.2 Ingressos

O valor de ingressos de R\$236 refere-se, substancialmente, à locação de veículos de frota.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixo, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

13.1 Composição do imobilizado

Imobilizado em serviço	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico		Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico	
	histórico	depreciação acumulada	Valor líquido	Valor	histórico	depreciação acumulada	Valor líquido	Valor
Geração								
Terrenos			117.759			117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.232	(290.993)	406.239	2,00	696.032	(277.059)	418.973
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,47	336.468	(164.305)	172.163	2,23	334.371	(156.812)	177.559
Máquinas e equipamentos	3,47	440.348	(246.409)	193.939	3,12	436.141	(232.599)	203.542
Veículos	14,29	841	(627)	214	14,29	598	(558)	40
Móveis e utensílios	6,26	1.002	(351)	651	7,17	1.002	(266)	736
		1.593.650	(702.685)	890.965		1.585.903	(667.294)	918.609
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,91	529	(360)	169	3,22	529	(343)	186
Máquinas e equipamentos	1,16	17.609	(11.913)	5.696	2,44	17.560	(11.543)	6.017
		18.138	(12.273)	5.865		18.089	(11.886)	6.203
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(34)	59	12,24	93	(23)	70
Máquinas e equipamentos	11,45	1.360	(1.136)	224	11,45	1.360	(1.049)	311
Veículos	14,29	1.001	(610)	391	14,29	1.089	(732)	357
Móveis e utensílios	5,53	1.009	(480)	529	8,46	1.009	(398)	611
		3.463	(2.260)	1.203		3.551	(2.202)	1.349
Total do imobilizado em serviço		1.615.251	(717.218)	898.033		1.607.543	(681.382)	926.161

Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico		Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico	
	histórico	depreciação acumulada	Valor líquido	Valor	histórico	depreciação acumulada	Valor líquido	Valor
Edificações, obras civis e benfeitorias	20,00	1.217	(587)	630	18,18	981	(482)	499
Veículos	20,00	255	(102)	153	20,00	255	(51)	204
Total Ativos de direito de uso		1.472	(689)	783		1.236	(533)	703
Imobilizado em curso								
Geração		21.033		21.033		25.690		25.690
Administração		823		823		746		746
Total do imobilizado em curso		21.856		21.856		26.436		26.436
Total do imobilizado		1.638.579	(717.907)	920.672		1.635.215	(681.915)	953.300

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial instalada na sede da controladora final, localizada em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

Imobilizado em serviço	Valor líquido		Transf. para		Depre-		Reclas-		Valor líquido	
	Nota	31/12/2022	Ingressos (Nota 13.2.1)	imobilizado em serviço	ciacões	Baixas	sificações		31/12/2023	31/12/2022
Terrenos		117.759								117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		418.973		1.199 (13.933)		</				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	JSCP	
	Bruto de Imposto de Renda	Líquido de Imposto de Renda
Ordinárias	41.742	35.480
Preferenciais 'R'	3.126	2.657
Preferenciais 'A' (Nota 17.2)	1.690	1.437
Preferenciais 'B' (Nota 17.2)	189	161
Preferenciais 'C' (Nota 17.2)	11.126	9.457
Total	57.873	49.192

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Finalidade	Forma de pagamento	31/12/2023				31/12/22			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
			Circulante	circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	circulante	Não circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	11.100	35.080	59.449	105.629	11.615	31.901	68.317	111.833
Total			11.100	35.080	59.449	105.629	11.615	31.901	68.317	111.833

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

17.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$105.629 (R\$111.833 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão conforme nota 1.1), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos (Notas 16 e 21.3)	Juros provisionados (Notas 3.2, 16.1 e 24)	Transferências	Ajuste a valor presente (Notas 3.2 e 24)	Valor líquido em 31/12/2023
Juros	11.615	(27.120)	21.886	4.719	-	11.100
Não circulante						
Principal	68.317	-	12.586	(4.719)	(8.868)	59.449
Juros	31.901	-	12.586	(4.719)	(4.688)	35.080
Total	100.218	-	12.586	(4.719)	(13.556)	94.529

17.3 Vencimento das parcelas

Circulante	2024	11.100
Não circulante		
2025	5.131	
2026	5.578	
2027	6.063	
2028	6.590	
2029 até 2035	71.167	
Total	105.629	

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, na modalidade de Contribuição definida, e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuarias independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem, diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	60	44	1.227	1.121
Total	60	44	1.227	1.121

18.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados em 31 de dezembro de 2023:

	Nota	Valor presente das obrigações do benefício	
		31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(1.165)	
Custo do serviço corrente		(49)	
Custo dos juros	24	(118)	
Ganhos(perdas) atuariais reconhecidos no PL		59	
Contribuições pagas pela Companhia		(14)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(1.287)	

18.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$244 (R\$235 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 este plano tem a adesão de 58 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2022).

19 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a Valor presente (Nota 24)	Encargos e atualizações monetárias (Nota 24)	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Uso do bem público	8.224	9	(235)	(8.321)	8.326	8.003
Não circulante						
Uso do bem público	68.578	5.266	(2.631)	-	(8.326)	62.887
Total	68.578	5.266	(2.631)	-	(8.326)	62.887

	31/12/2023 e 31/12/2022			
	Qtde de ações "ON"	% Participação	Qtde de ações "PNR"	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00
EDP - Energias do Brasil S.A.				
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00
Companhia Paranaense de Energia - COPEL				
Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Outros	402.202	100,00	255.560	100,00

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	
		31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		91.211	110.356
Constituição da reserva legal - 5%	21.3	(5.211)	(5.518)
Total		86.000	104.838

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	16	57.873	46.943
Lucro do exercício a deliberar	21.3	28.127	57.895
Total		86.000	104.838

Dividendos por ação ON - JSCP

Dividendos por ação PNR - JSCP		0,10894	0,10894
Total		0,01223	0,01223

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2023	
		31/12/2023	31/12/2022
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
Total		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal	21.2	65.710	61.149
Retenção de lucros	21.3.2	43.333	16.816
Dividendo adicional proposto	21.3.3	28.865	-
Lucro do exercício a deliberar	16 e 21.3.3	57.895	-
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	21.3.4	12.918	12.918
Total		150.826	148.778
Total		165.299	163.251

21.3.1 Ágio na emissão de ações

Referem-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$13.600 é decorrente da reversão dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 16.1.

21.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Referem-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$57.873, R\$44.295 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 16.1) e R\$13.600 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C". Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 26 de abril de 2023.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20 Provisões e Depósitos vinculados

	Passivo				Ativo	
	Provisões				Depósitos vinculados	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1	5.411	6.434	10.578	1.991	1.804
Licenças ambientais	20.2	5.411	6.434	10.578	1.991	1.804
Total		5.411	6.434	10.578	18.304	1.804

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. A atualização monetária é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Nota	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias
Cíveis	20.1.1.1	15.833	1.323	(10.088)	(574)	953
Outros	20.1.1.2	480	209	(201)	(108)	380
Total Não circulante		16.313	1.532	(10.289)	(682)	953

20.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.138 (R\$2.989 em 31 de dezembro de 2022).

Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$7.445 (R\$12.843 em 31 de dezembro de 2022). Em 30 de junho de 2023, a Companhia obteve êxito em cinco processos, resultando na redução das contingências cíveis em R\$2.470. O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$11.124 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2022) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 13.2).

Ação Anulatória nº 0038123-79.2015.8.27.2729 - Ação proposta pela Companhia visando anular o Auto de Infrção Ambiental 122926/2014 instaurado pelo Naturatins, o Órgão Ambiental Competente. A Companhia entrou com uma ação anulatória para contestar um Auto de Infrção Ambiental emitido pela Naturatins por suposto descumprimento de medidas ordinárias. Inicialmente, o caso foi classificado como remoto devido à consistência das teses e argumentos da Companhia. No entanto, após uma decisão do STJ que negou a providência do recurso, os assessores jurídicos atualizaram a classificação do risco para provável em 30 de junho de 2023. Naquela data, o caso foi avaliado em R\$11.408. Em agosto do mesmo ano, a Companhia aderiu ao Refis/TO - Programa de Recuperação de Créditos Fiscais do Estado, pagando R\$5.661 e o saldo restante foi revertido na despesa financeira nota 24, no valor de R\$5.747.

20.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Passivo				Ativo	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Cíveis	20.1.2.1	106.777	131.894	506		
Fiscais	20.1.2.2	9.125	8.474	83	73	
Total		115.902	140.368	589	73	

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$208 em 31 de dezembro de 2023 (R\$238 em 31 de dezembro de 2022).

20.1.2.1 Cíveis

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no valor de R\$85.227 em 31 de dezembro de 2023 (R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022). A redução no valor se deve principalmente à decisão favorável à Companhia em um processo de ação indenizatória de mineração, que foi estimado em R\$34.383 em dezembro de 2022.

20.1.2.2 Fiscais

• Processo administrativo federal, no qual discute a cobrança de PIS e COFINS creditados sobre bens e serviços relativos a 2008, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.362 (R\$3.168 em 31 de dezembro de 202

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2023				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda		149			149	
Encargos de uso da rede elétrica		902			902	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			14.941	3.481	18.422	
Material			109		109	
Serviços de terceiros			7.364	5.055	12.419	
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.2		35.787		35.787	
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.2		150		150	
Amortização	14.2		4.337	415	4.752	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	20.1.1 e 23.1				2.864	
Arrendamentos e alugueis			347		347	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(6)	(6)	
Outras		4	276	933	1.213	
Total		1.055	63.311	9.884	2.858	77.108

	Nota	2022				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda		64			64	
Encargos de uso da rede elétrica		811			811	
Direito de concessão - GSF	14.2.3	(3.269)			(3.269)	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			13.845	4.470	18.315	
Material			1.017		1.017	
Serviços de terceiros			7.636	3.943	11.579	
Depreciação - Imobilizado em serviço			35.174	111	35.285	
Depreciação - Ativos de direito de uso				184	184	
Amortização			5.438	289	5.727	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas				30	30	
Arrendamentos e alugueis			103	115	218	
Outras		4	337	1.184	1.525	
Total		(2.390)	63.550	10.296	30	71.486

23.1 Provisões contingências civis

A variação no exercício é decorrente principalmente da reversão da Ação Anulatória nº 0038123-79.2015.8.27.2729 – Auto de Infração Ambiental 122926/2014, onde houve acordo entre partes com pagamento menor do que o saldo provisionado, conforme nota 20.1.1.1.

23.2 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	9.505	9.170
Encargos	3.450	3.053
Previdência privada - Corrente	325	331
Despesas rescisórias	390	390
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.465	1.616
Outros benefícios - Corrente	2.482	2.353
Outros benefícios pós-emprego	71	68
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(952)	
	16.736	16.981
Administradores		
Honorários e encargos	1.528	1.305
Benefícios dos administradores	158	29
	1.686	1.334
	18.422	18.315

23.3 Serviços de terceiros

	2023	2022
Serviços de consultoria	3.684	2.198
Serviços de manutenção	4.112	4.332
Serviços de limpeza e vigilância	1.589	1.496
Serviços ambientais	119	200
Serviços de informática	1.401	1.456
Serviços de publicação e publicidade	322	272
Serviços de transporte	229	212
As variações de gestão de pessoas e mão de obra própria	49	
Serviços compartilhados	1.916	1.653
Outros	(1.002)	(240)
	12.419	11.579

24 Resultado financeiro

Receitas financeiras

	Nota	2023	2022
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	33.224	23.309
Energia vendida		14	19
Depósitos judiciais		133	76
Juros e multa sobre tributos		711	234
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.871)	(1.107)
Outras receitas financeiras		239	116
		32.450	22.647

Despesas financeiras

Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2 e 24.2	(34.472)	(10.876)
Ajustes a valor presente	17.2 e 24.2	13.556	(8.228)
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	20.1.1 e 23.1	(953)	(3.117)
Uso do bem público	24.1	(2.409)	(6.773)
Benefícios pós-emprego	18.1	(118)	(119)
Arrendamentos e alugueis	12.1	(45)	(132)
Outros juros e variações		(992)	(1.352)
Outras despesas financeiras		(76)	(63)
		(25.509)	(30.660)
		6.941	(8.013)

24.1 Uso do bem público

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente à redução do indexador IGP-M, que foi de -3,18% no acumulado de dezembro de 2023 (5,47% em 2022).

24.2 Empréstimos e financiamentos e Ajustes a valor presente

As variações referem-se, principalmente, às parcelas adicionais das ações preferenciais resgatáveis de classe "A,B e C" devido à assinatura do sétimo aditivo do contrato de concessão onde altera o vencimento da concessão conforme nota 1.1, com impacto positivo no resultado de R\$9.242, sendo R\$12.587 de despesa de juros e R\$21.829 de receita de AVP.

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	126.113	141.483
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(42.878)	(48.104)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(81)	(77)
Perdas indedutíveis	(7)	
Juros sobre o capital próprio	19.677	20.599
Juros sobre as ações preferenciais	(11.720)	(3.698)
Outras	107	153
Despesa de IRPJ e CSLL	(34.902)	(31.127)
Alíquota Efetiva	27,7%	22,0%

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2022
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	67.249	81.896
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.723	3.317
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	17.924	21.828
	91.211	110.356

Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406

Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,16720	0,20362
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,16720	0,20362
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,16720	0,20362

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)		Resultado por classe de ações	
	Ajustes		Ajustes	
2023				
Ordinárias (ON)	46.650	20.599	67.249	
Preferenciais Classe "R" (PNR)	29.641	(26.515)	3.126	
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.889	834	2.723	
Preferenciais Classe "B" (PNB)	598	(409)	189	
Preferenciais Classe "C" (PNC)	12.433	5.491	17.924	
	91.211	-	91.211	
2022				
Ordinárias (ON)	56.440	25.456	81.896	
Preferenciais Classe "R" (PNR)	35.863	(32.737)	3.126	
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.286	1.031	3.317	
Preferenciais Classe "B" (PNB)	724	(535)	189	
Preferenciais Classe "C" (PNC)	15.043	6.785	21.828	
	110.356	-	110.356	

26.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
 - (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.
- De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:
- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
 - (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
 - (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos Financeiros	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	256.385	233.810	256.385	233.810
			256.385	233.810	256.385	233.810
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.617	21.934	1.617	21.934
Concessionárias		5 Nível 2	929	1.117	929	1.117
Rendas a receber		6 Nível 2	15.819	19.323	15.819	19.323
			18.365	42.374	18.365	42.374
			274.570	276.184	274.570	276.184

Passivos Financeiros

Valor justo por meio do resultado

No reconhecimento inicial ou subsequentemente

Custo amortizado

Fornecedores	15	Nível 2	2.897	6.086	2.897	6.086
Uso do bem público	19	Nível 2	63.257	71.042	70.890	76.802
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional		Nível 2	98.067	109.836	105.629	111.833
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		9 Nível 2	286	489	286	489
Arrendamentos e alugueis		12.1 Nível 2	1.089	995	1.103	950
Licenças Ambientais		20.2 Nível 2	18.566	10.586	15.989	8.425
			184.162	199.034	196.794	204.585

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023					31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.679	124	94	286		2.897	6.086
Outras contas a pagar - Partes relacionadas						286	489
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			11.100	23.600	188.801	(117.872)	105.629
Uso do bem público		1.397	6.860	25.993	63.690	(27.050)	70.890
Arrendamentos e aluguéis	19	56	154	557	882	(565)	1.103
Licenças Ambientais	373	1.256	4.058	12.897	(2.595)	15.989	8.425
	3.071	2.833	22.266	63.333	253.373	(148.082)	196.794
							204.585

27.2.3 Risco hidrológico
A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

27.2.4 Riscos ambientais
As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente cause degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

27.2.5 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Rendas a receber**
O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• **Caixa e Equivalentes de caixa**
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.6 Risco regulatório
As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.7 Gestão de capital
Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/22
Total dos empréstimos	105.629	111.833
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(258.002)	(255.744)
Dívida líquida	(152.373)	(143.911)
Total do Patrimônio Líquido	970.441	968.355
Total do capital	818.068	824.444
Índice de atavancagem financeira - %	-18,63%	-17,46%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Edison Antônio Costa Britto Garcia Conselheiro
---	---	--

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro	Felipe Ha Jung Kim Conselheiro	Marcelo Joaquim Pacheco Conselheiro	João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro	Maurício Rocha Alves de Carvalho Conselheiro
---	--	---	---	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e de Relações com Investidores	Rodolfo Colli da Cunha Diretor Vice-Presidente	Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação
Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Vice-Presidente de Controle	Patrícia Pereira Kleiber Diretora Vice-Presidente	José Gleyson Fernandes Silva Diretor Administrativo e Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptista Contadora - CRC 1SP328362/O-5 "S" TO
--	--

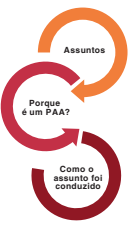
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações financeiras dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, manifestamo-nos, por maioria de votos, com parecer favorável às Demonstrações financeiras tendo em vista que as peças tratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Felipe Ha Jong Kim Conselheiro Efetivo	Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro Efetivo	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro Efetivo	Marcelo Joaquim Pacheco Conselheiro Efetivo	Maurício Rocha Alves de Carvalho Conselheiro Efetivo
--	---	---	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do Contrato de arrendamento da Usina Hidrelétrica Lajeado ("UHE Lajeado") com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Notas 1, 6 e 22)	
A Companhia possui um contrato de arrendamento da UHE Lajeado com demais participantes do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, CEB Lajeado S.A., e Paulista Lajeado Energia S.A.) e opera um único segmento de exploração de ativos que corresponde a R\$ 204.122 mil (94% da sua receita bruta). Os efeitos desse contrato são reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IFRS 16), considerando o Coeficiente de Ajuste - CA (Nota 6) que objetiva atualizar anualmente os valores e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. O contrato não prevê a transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão previsto para 22 de setembro de 2035. Adicionalmente, a operação e manutenção da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão. Considerando os julgamentos envolvidos na forma de mensuração dos valores e correção monetária do contrato de arrendamento, que podem impactar o valor da receita e contas a receber, o tema foi considerado um principal assunto de auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da acuracidade do cálculo da receita de arrendamento preparado pela Companhia, por meio de recálculo aritmético do valor da receita de contrato de arrendamento conforme critérios definidos no contrato. Confronto dos dados utilizados na mensuração da receita de arrendamento comparando o percentual aplicado sobre o saldo do imobilizado líquido com o percentual determinado em contrato, bem como comparando o índice de correção monetária utilizado no cálculo com os dados apresentados por fontes oficiais no período abrangido pelo contrato. Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os cálculos e os respectivos dados utilizados, bem como as divulgações relacionadas, são consistentes com as evidências obtidas no processo de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, apresentamos parecer adverso. Caso contrário, apresentamos parecer favorável. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5